

ABANDONO INSTITUCIONAL E JURÍDICO: A violência e suicídio entre policiais e seu reflexo na sociedade

Sara Mac Intyre dos Santos (IC) e Marcelo Moreira Neumann (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

Esta pesquisa propôs-se a estudar os processos, representações e imaginários que envolvem a constituição de um(a) policial militar e como estes afetam tais indivíduos; assim como a Instituição responsável por eles. Também se investigou como a atuação violenta dos agentes de segurança pública, principalmente a dos policiais militares, é diretamente condicionada pela omissão e não responsabilização pelos Órgãos responsáveis quando algum erro é cometido. Realizou-se uma pesquisa exploratória, baseando seu instrumento na escala likert, utilizado para coleta de dados no mês de março de 2022. Obteve-se um total de 91 respostas através do instrumento elaborado, de homens e mulheres entre 25 e 70 anos, todos policiais militares, ativos ou aposentados, do Estado de São Paulo. A análise de dados foi dividida em três categorias, sendo elas os objetivos específicos desta pesquisa. Destarte, pode-se apontar como a representação dos policiais sobre si mesmos é fortemente positiva, mesmo afirmando que a população possui uma representação negativa sobre eles e que tal fator os afeta negativa e diariamente. Ademais, os sujeitos apresentaram orgulho em serem Policiais Militares e/ou trabalharem na Polícia Militar, mesmo declarando nas questões e comentários não se sentirem valorizados pela população e pelo Estado, não tornando as respostas incoerentes e contraditórias, mas complexas, assim como a ação desses agentes. Outrossim, constatou-se que ser um Policial Militar pode ter influência diretamente na decisão ou não de cometer suicídio, assim como ficou notório o quanto os participantes não se sentem assistidos em relação a saúde mental na organização em que trabalham.

Palavras-chave: Policiais Militares. Violência. Suicídio.

ABSTRACT

This research proposed to study the processes, representations and imaginaries that involve the constitution of a military police officer and how these affect these subjects; as well as the institution responsible for them. It also investigated how the violent actions of public security agents, especially military policemen, are directly conditioned by the omission of the responsible agencies when some mistake is made. An exploratory research was carried out, based on a Likert scale instrument, used for data collection in March 2022. A total of 91 answers were obtained through the instrument, from men and women between 25 and 70 years old, active or retired military policemen from the State of São Paulo. The data analysis was divided into three categories, following the specific objectives of this research. Thus, it can be

pointed out that the policemen's representation of themselves is strongly positive, even though they affirm that the population has a negative representation of them that affects negatively in their service. Furthermore, the subjects showed pride in being Military Policemen even though they declared in the questions and comments not to feel valued by the population and the State, not making the answers contradictory, but complex, just like the action of these agents. Moreover, it was verified that being a Military Policeman can have a direct influence on the decision or not of committing suicide, as well as it was evident how much the participants do not feel assisted in relation to mental health in the organization where they work.

Keywords: Military Policeman. Violence. Suicide.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto teve como objetivo depreender de forma estrutural e histórica como os símbolos, diferenciadas normas, valores positivos e negativos têm se inserido na segurança pública brasileira, principalmente no que se diz respeito a polícia militar, e conseqüentemente, como tais artifícios refletem negativamente na sociedade, por meio da violência. A função do policial militar é por si só estressante (Gonçalves e Neves, 2010). Além disso, é uma profissão que indica diversas disposições para problemas de saúde, tanto físicos quanto emocionais, como síndrome de Burnout, alcoolismo e ideações suicidas; que advêm de variáveis aversivas do próprio local de trabalho, que levam a uma extenuação mental e corporal diariamente (Adams & Buck, 2010).

Tais fatores estressantes e de cansaço, dirigem os policiais a uma postura mais hostil e violenta diante de estímulos pequenos e inofensivos, direcionando-os à população, principalmente aos jovens, negros e pobres; dado que aqueles outrora foram alvos ou não de ambientes agressivos por certa pessoa ou grupo em uma situação específica durante seu serviço. A atenção que estes necessitam dispor durante o período de trabalho e no período livre, os levam a agir com certa persecutoriedade constante, como se qualquer um pudesse ser um inimigo pronto para os aniquilar. Além do desgaste mental pelo serviço, há um conjunto de outros elementos da vida pessoal, que pode levar ao acentuado sofrimento psíquico, e em casos mais extremos, ao suicídio.

Não obstante, é necessário ressaltar que a ação policial reproduz uma lógica institucional vigente, que legitima ou deixa de deslegitimar a violência, injustiça, tortura e abandono imposto a certos grupos, principalmente da população pobre e negra brasileira. Essa lógica institucional que vem sendo construída por longos anos e séculos, que promove de forma parcial e desigual a justiça brasileira, atingindo tanto os profissionais que ela exerce, quanto a população brasileira, foi o alvo desta pesquisa através do Laboratório de Estudos de Violência e Vulnerabilidade Social da linha de pesquisa 'Violência nos diversos contextos'.

1.1 Problema de pesquisa

Propôs-se investigar, através de uma pesquisa exploratória quantitativa, os diversos comportamentos que policiais adquirem/reproduzem através de sua atividade profissional, que afetam negativamente a sua qualidade de vida e a da população. Comportamentos estes, que foram instalados de forma histórica e institucional, além de um imaginário simbólico do que significa ser policial no Brasil.

1.2 Objetivo geral e específicos da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa possuiu como foco a investigação de como a atuação violenta, parcial dos agentes de segurança pública, principalmente a dos policiais militares, é

diretamente condicionada pelo treinamento e condutas diárias exercidas dentro do ambiente militar, além das representações sociais que são transmitidas dentro da sociedade, que apontam como os policiais devem agir, o que eles são, como devem se portar fora e dentro do serviço; para assim poder se compreender se o alto índice de violência destinada à população, como também as crescentes taxas de suicídio entre policiais estão relacionadas com toda essa estrutura de conduta.

Dessa forma, a fim de se alcançar o objetivo geral, pôde-se determinar os seguintes objetivos específicos:

I. Analisar a formação do órgão de Segurança Pública no Brasil, acarretando fatos históricos e sociais, assim como as representações e símbolos sociais que acompanharam o seu desenvolvimento e que atuam até o presente momento;

II. Compreender se tais representações e procedimentos afetam os policiais negativamente, em relação a saúde física e mental;

III. Investigar se os crescentes índices de suicídio entre policiais podem estar relacionados à atividade profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Bretas e Rosemberg (2013) apontaram, o interesse pela história da polícia é recente, uma vez que antigamente, sua atuação era vista como papel secundário. Assim, a dominação militar no período da ditadura, trouxe à tona esses sujeitos. As primeiras pesquisas realizadas são fundamentadas no passado e tem como base a atuação da polícia militar do estado de São Paulo e de como estes possuíram uma ação de exército nos primeiros anos de República brasileira, realizando trabalhos mais específicos, voltados para a prática política coronelista.

É possível dividir a história da polícia a partir de duas divisões no tempo, na qual uma é caracterizada pela polícia do período colonial (menor patrulhamento urbano e maior controle em relação a cidade escravista) e outra pelo momento pós-independência. Desse modo, o primeiro período, principalmente a partir da criação da Guarda Real de Polícia (1809) revela uma polícia ainda precária, que possui uma atuação que não seria a desejada no momento, como se estes funcionassem mais como missionários domésticos no século XIX, levando o papel do Estado para lugares rurais e distantes, fazendo surgir uma grande complexidade entre a relação ação pública, poder local e normas, tradicionais nas cidades do interior. Destarte, as instituições policiais vão se instalando e obtendo poder local, na qual as lutas por poder eram mais específicas e por meio da força física. Além disso, a administração era realizada a favor dos interesses locais e privados.

Todavia, a partir da Guerra do Paraguai e uma maior organização e centralização da polícia, A Guarda Nacional começa a perder suas características do início e passa a ter uma maior ligação em relação ao poder central. Assim, a partir das constituições de melhores rendas e privilégios em relação aos policiais locais ou municipais, a polícia além de ser vista como uma local de dominação e de manejo de interesses particulares, passa a ser um local de negociação e de experiências coletivas.

Michel Foucault (1979) aponta que durante os séculos XVIII e XIX, a economia do poder percebeu ser mais rentável vigiar do que punir, o que resultou em um novo exercício do poder. Dessa forma, o regime do poder foi sofrendo modificações, e passa atuar no corpo social e não mais sobre o corpo social. Assim, o Estado acaba por se tornar tema central para compreensão da história e das políticas. Quando as formas de controle e correção na sociedade vão se alternando, mudando o foco principal da punição corporal para a punição da alma e subjetividade do sujeito, tanto dentro da prisão, quanto fora, a repressão se torna um grande instrumento como forma de exercê-la, por intermédio dos policiais.

Dessa maneira, o conceito de periculosidade vai se aperfeiçoando e ganhando espaço na sociedade (não só entre a burguesia, mas também entre as camadas mais pobres da população), assim como a ideia da necessidade da disciplina e ordem também emerge, caracterizando certo grupo de pessoas, principalmente jovens negros e pobres, como perturbadores da ordem social e perigosos e, dessa forma, os policiais se tornam peças importantes nessa dinâmica. Todavia, o embate e forças repressoras não possuem mais uma relação senhor – escravo em uma esfera privada, mas agora configuram homens livres – Estado em um espaço público.

Foucault (1979) aponta para a produção da delinquência dentro das prisões como um sistema de retroalimentação. Ao invés das prisões produzirem uma reabilitação e reintegração do sujeito à sociedade, eles fabricam a delinquência e os delinquentes, e a polícia só pode existir porque a delinquência também está presente. A única justificativa para aceitar-se uma instituição tão intensa e pesada, que é a polícia, que intimida a população com seus uniformes, armas, que vigia constantemente, pode ser alcançada somente por intermédio do medo dos delinquentes.

Essa participação dos policiais no dia a dia da sociedade, faz que com estes recebam maior atenção. Além de se configurar como um agente histórico, ele também passa a ser uma figura de representações, se inserindo na cultura ao redor. Desse modo, é notória a presença de policiais em livros, peças e canções, as quais ainda não tem uma característica única, mas que abordam principalmente questões urbanas, como o banditismo e coronelismo.

Pesquisas sobre a história da polícia pós 1930 ainda é escassa, mas de acordo com Battibugli (2010), entre o período de democracia de 1946-1964, é possível afirmar uma separação entre a política formal da segurança pública, caracterizada pelo controle do governo e das forças das hierarquias policiais existentes; e por um agir particular dos policiais desenvolvido durante a prática do serviço, em contato com a população, e que acaba reproduzindo ações e padrões não provenientes da lei.

Segundo Gaspari (2002), o início do uso da força pela polícia brasileira está ligado à época da ditadura militar. Através do discurso de proteção da sociedade contra as ameaças, qualquer mecanismo de controle seria aceitável. Além disso, a funcionalidade do suplício e a consequente valorização e eficiência do trabalho policial também é presente. Todavia, mesmo após o fim da ditadura militar, é difícil estabelecer uma sociedade democrática de forma integral. A violência policial e a quebra dos direitos humanos que a priori eram instrumentos de controle social e da criminalidade como uma proteção de “comunistas”, hoje é utilizada como instrumento de disputas políticas governamentais e federais, mas ainda também como um controle da população mais pobre e periférica.

Machado (2003) apontou que a construção da identidade social se dá diante de uma interação psicológica e social, de forma que tende a se evoluir, seja pela semelhança ou contradição. São as representações sociais construídas por meio das histórias de vivências e saberes de um grupo que lhe constitui sua identidade. Assim, a identidade social pode ser definida como

um processo de justaposição na consciência individual, uma totalidade dinâmica que os diferentes elementos interagem na complementaridade ou no conflito, pois o indivíduo tende a defender sua existência e sua visibilidade social, sua integração à comunidade, ao mesmo tempo que ele se valoriza e busca sua própria coerência (LIPIANSKI apud MACHADO, 2003).

Ademais, o mundo do trabalho também é um grande fator de construção identitária. Sainsanlieu (1995) aponta que "Ela é uma verdadeira instituição secundária de socialização, a qual, após a escola e a família, modela atitudes, comportamentos, a ponto de produzir uma identidade profissional e social" (Sainsanlieu, 1995 apud Machado, 2003). Desse modo, a partir da produção e reprodução de diversos papéis, os indivíduos constroem de forma dinâmica sua identidade.

A identidade no trabalho também se processa no plano afetivo e cognitivo. O fato de viver sob uma estrutura institui uma espécie de mentalidade coletiva, com a qual o indivíduo se conforma, assimilando suas regras e normas de comportamento e estabelecendo vínculos afetivos com as pessoas com as quais convive nesse ambiente. Esse processo pode derivar em identificações por parte do indivíduo, as quais podem

conter significados distorcidos. Sobretudo quando os espaços de autonomia do indivíduo na organização são reduzidos, há a possibilidade de engendrar processos de identificação que tenham natureza projetiva, nos quais o indivíduo se imagina no lugar do outro, buscando assim a destituição do lugar ocupado, ou os de natureza introjetiva e imitativa, quando o indivíduo copia o outro e procura viver a vida do outro (MACHADO, 2003).

Assim, podemos afirmar que as ações e pensamentos que permeiam no mundo do trabalho irá refletir a nível da vida pessoal, ocupando também a memória do sujeito. Em vista disso, todas as redes de relações envolvidas nesse processo também são de grande importância para a constituição de um ambiente motivacional ou não, assim como de uma auto estimada positiva ou negativa para aqueles que ali trabalham.

De acordo com o CVV (Centro de Valorização da Vida, 2015), a ocupação profissional possui grande influência na decisão de tirar a própria vida e alguns até cometem o ato no próprio local de trabalho. Segundo uma pesquisa realizada pelo American Journal of Preventive Medicine (2015), o ofício que possui maior taxa de suicídio é aquele que envolve a proteção e leis, como no caso de policiais e bombeiros (5,3 em cada 1 milhão de habitantes); seguidos por agricultores, fazendeiros e outros da área ambiental (5,1 a cada 1 milhão); profissionais da saúde e pessoas que trabalham com reparos manuais (3,3 para cada um milhão).

Conforme Guimarães e Miranda (2016), não há um consenso entre pesquisadores sobre as tentativas de suicídio e sua relação direta com o trabalho do policial, pois as taxas parecem variar de acordo com o local e período. Em diferentes pesquisas internacionais e nacionais, algumas vezes a taxa de suicídio entre policiais não se encontra discrepante com o resto da população, e em outras a diferença é exponencial, chegando a se apresentar muitas vezes mais que o dobro em relação ao restante da sociedade. As autoras apontam que estas grandes variações estão principalmente relacionadas com problemas metodológicos, sendo alguns deles: (1) a dificuldade de acesso aos dados ou pela inexistência destes; (2) os dados em relação as mortes por suicídio não são declaradas oficialmente pelos órgãos públicos de segurança, o que torna o acesso a essas informações precárias e incertas, ocorrendo somente por meio de divulgações de amigos, familiares e mídias; (3) as estatísticas em relação ao número de policiais também é incerto, o que impede um cálculo correto em relação as taxas de mortes por suicídio; (4) uma má classificação da causa da morte, que muitas vezes é classificada como causa desconhecida ou acidente, o que pode ser um reflexo dos tabus existentes em relação a morte por suicídio, existente tanto dentro da corporação policial, como no imaginário da população em geral.

Segundo Castro et al. (2019), os estressores organizacionais se destacam como fatores para suscitar sintomas psiquiátricos entre policiais. A grande carga que estes carregam sobre as expectativas da sociedade de que eles sejam sempre corretos acaba por ser uma pressão negativa. Além disso, muitas vezes os policiais possuem uma jornada de trabalho exaustiva e irregular, sem horário correto para começar e terminar seu expediente, aliados aos perigos que já correm ao trabalhar em operações externas. Por causa da irregularidade de horários e rotina, a convivência com a família também fica comprometida, o que resulta em um menor suporte social. (Coleta & Coleta; 2008; Pessanha, 2009 apud Castro et al., 2019).

Lorenz (2018) aponta que os agentes de segurança pública classificam seu serviço como algo permanente, profissional e de risco. Principalmente por portarem um instrumento feito para matar e por estarem em constante contato com pessoas dispostas a matá-los, eles devem estar em constante atenção e desconfiança, de modo que não podem abrir mão desse estado policial, o que acaba levando-os muitas vezes a renunciarem sua vida privada e convivência com outras pessoas, e algumas vezes, a própria vida. Um dos policiais entrevistado em sua pesquisa afirma que:

Ser policial é o meu modo de vida, embora não viva para a polícia, sou sempre policial. Fico olhando ao meu redor o tempo todo se há alguém com a intenção de cometer um delito, inconscientemente. Pessoas moram em um mundo deles, eles pensam o que tem que fazer, para onde tem que ir, não prestam atenção. O policial querendo ou não, fica olhando, inconscientemente. Ele passa tanto tempo trabalhando que faz disso pele e carne. Muitos dizem que o policial fica desconfiado, mas essa desconfiança faz a sobrevivência (LORENZ, 2018).

Desse modo, podemos afirmar que:

Nessa estrutura configuraram-se símbolos, valores e normas diferentes daqueles que regeriam um corpo profissionalizado, por meio de mecanismos de lealdade, identificação, pertencimento e hierarquia. Assim, o não escrito, o que está fora da lei torna-se institucional: as regras dos veteranos, a lei do medo, a lei do mais apto. Assim, o autoritário e o hierárquico foram estabelecidos de outra forma. Essa cultura policial, com sua linguagem e suas regras de conduta, é o que está por trás das atitudes individuais dos policiais: por meio de um sistema de socialização, eles assumem um espaço simbólico que lhes dá sentido e orienta suas ações, permitindo que esse espaço seja reproduzido, mantido e atualizado. (MAGLIA & ZUCAL, 2018).

O longa metragem “Tropa de Elite” 1 e 2, traz questionamentos e fatos importantes sobre a realidade da polícia no Brasil, especialmente a do Rio de Janeiro. Ao final do segundo filme, o personagem principal, Roberto Nascimento, Capitão da Polícia Militar do Rio de Janeiro afirma que:

Eu dediquei 21 anos da minha vida à polícia [...] quando o meu filho tinha dez anos, ele perguntou por que o meu trabalho era matar [...] e eu não sei responder à pergunta. Eu tenho 21 anos de polícia e não sei dizer por que matei, por quem eu matei. Mas o que eu posso afirmar com certeza, senhores deputados, é que o policial não aperta esse gatilho sozinho” (TROPA..., 2010, parte 2, 103 min).

Com essa fala do personagem fictício Capitão Nascimento, pode-se perceber uma semelhança ao que foi descrito por Hannah Arendt em relação à Eichmann e a banalidade do mal. A autora aponta que diferente do que muitos pensavam, Eichmann não era um homem sádico e perverso, mas terrível e assustadoramente normal, assim como muitos outros dos homens que comandaram e participaram do sofrimento e extermínio de milhares de judeus, no qual a justificativa para violentos atos era a obediência a “ordens superiores.” (Arendt, 1999, pag. 299).

A banalidade do mal se circunscreve uma vez que não possui raízes ou motivação, ela “espalha-se sobre uma superfície específica, a massa de cidadãos inaptos para a capacidade de pensar e incapazes de dar significado aos acontecimentos e aos próprios atos (Assy, 2001a, p. 152 apud Andrade, 2010). Todavia, vale ressaltar que Eichmann não era estúpido, sem consciência, nem possuía ideias antissemitas, e nem era psicologicamente anormal, mas o mal executado por ele é banal pois não possui uma motivação coerente, nem ideologia e patologia (Andrade, 2010).

Criando uma analogia, é possível afirmar que a maioria dos policiais não são assassinos convictos, assim como não possuem uma patologia quando agem com violência contra a população, mas estes agem em sua maioria com banalidade, focado em uma dimensão política. Andrade (2010) expõe que o banal não é algo comum, mas que esteja sendo considerado comum. O ato passa a ser banal uma vez que é vivenciado como se fosse algo normal. Dessa forma, a banalidade ocupa o lugar da normalidade. Diversos processos e contextos podem causar tais atos, mas podemos destacar principalmente a justificativa de estarem apenas “cumprindo ordens”, assim como legitimação dos atos maus por pares ou superiores, ou em virtude da não penalização quando algo errado é cometido; além das representações sociais e imaginário em torno do que o policial deve ser e fazer, o que torna o fenômeno complexo e multifatorial.

O enfoque exagerado na figura do policial e nas dinâmicas culturais que se construíam em torno do seu tirocínio cotidiano acabou por emprestar às análises sobre a Polícia um tom exageradamente contingente, sem que aspectos “duros”, relacionados ao “mundo policial” (o direito positivo, os regulamentos, as prescrições, o treinamento, a academia), fossem devidamente considerados. (BRETAS & ROSEMBERG, 2013).

3 METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos específicos e geral deste projeto, optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter exploratório acerca dos processos, representações e imaginários que envolvem a constituição de um(a) policial militar e como estes afetam tais indivíduos; assim como a Instituição responsável por eles. Por meio das respostas obtidas dos colaboradores, assim como a base teórica construída, foi possível a realização da análise de dados.

Participaram desta pesquisa 91 sujeitos, homens e mulheres (de 25 a 70 anos) que são policiais militares, em serviço ou aposentados, no Estado de São Paulo. Por meio de um perfil variado, pretendeu-se compreender as múltiplas visões possíveis dentro de um mesmo ambiente, tanto de profissionais que ainda possuem pouca experiência, quanto de pessoas com mais tempo de serviço dentro da instituição, a fim de que possam estampar os sentimentos, subjetividades, significados, entre outros do grupo em questão.

O projeto se desenvolveu da seguinte maneira: foi elaborado um instrumento de coleta de dados a partir da Escala Likert, através do Google Forms, possuindo 33 perguntas, quantidade que poderia aumentar a partir da resposta dada pelo participante, sendo 37 o máximo de perguntas possíveis. Em seguida, o instrumento foi compartilhado com um policial militar através de um link, que por sua vez encaminhou o link para policiais militares conhecidos, e estes últimos para outros, e assim por diante, formando então o grupo participante desta pesquisa. Inicialmente, foi explicitado para os colaboradores qual a forma de participação que estava sendo requerida, assim como os objetivos e procedimentos da pesquisa, no caso, a coleta de dados baseada no tema de pesquisa “Abandono institucional e jurídico: violência e suicídio entre policiais e seu reflexo na sociedade”. Os colaboradores tiveram que aceitar a

participação para ter acesso às perguntas. Além disso, eles foram conscientizados dos cuidados éticos abordados durante toda a elaboração do trabalho e que seriam preservados até o fim do seu desenvolvimento. Ademais, os participantes também foram informados que a qualquer momento poderiam desistir do estudo sem qualquer prejuízo de valor ou moral, contendo assim, riscos mínimos de participação. Também foi disponibilizado aos participantes o e-mail da aluna e do professor orientador responsável pela pesquisa para entrarem em contato caso houvesse qualquer dúvida ou questionamento em relação ao projeto em desenvolvimento, assim como se alguma pergunta causasse desconforto ou incômodos. Dessa forma, ao concordarem com os termos de consentimento livre e de esclarecimento de forma digital, os colaboradores tiveram acesso ao instrumento de pesquisa e, em algumas afirmativas, havia espaço para que os indivíduos comentassem o que quisessem, fosse um observação ou complemento à resposta.

Por fim, os resultados do instrumento foram compilados em planilhas e relatórios para a realização da análise de dados, que será tratado a seguir.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO¹

Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos participantes, segundo gênero.²

Gênero	N	%
Masculino	52	57,1
Feminino	39	42,9
Total	91	100

Tabela 2 – Agrupamento dos sujeitos participantes, segundo faixa etária.

Faixa etária	N	%
25-30 anos	4	4,4
30-40 anos	24	26,4
40-50 anos	29	31,9
50-60 anos	30	33
60-70 anos	3	3,3
Mais de 70 anos	1	1,1
Total	91	100

Tabela 3 – Distribuição segundo a Autodeclaração de raça dos sujeitos participantes.

Raça	N	%
Branca	50	54,9
Parda	33	36,3
Preta	8	8,8
Total	91	100

¹ Todos os dados apresentados nessas tabelas foram obtidos segundo a pesquisa realizada, através de um questionário estruturado.

² As opções de resposta para a pergunta “Com qual gênero você se identifica?” não eram delimitadas a feminino e masculino. Os indivíduos tiveram total liberdade para compartilharem com qual gênero se identificavam.

Objetivo específico I. Analisar a formação do órgão de Segurança Pública no Brasil, acarretando fatos históricos e sociais, assim como as representações e símbolos sociais que acompanharam o seu desenvolvimento e que atuam até o presente momento.

Antemão ao início da discussão do primeiro objetivo específico, se faz necessário ressaltar a importância de uma abordagem social e grupal das respostas dos sujeitos participantes dessa pesquisa, uma vez que, como apontado anteriormente, diversos processos e contextos podem causar atos violentos entre os próprios policiais e contra a população; mas podemos destacar principalmente a justificativa utilizada amplamente pelos mesmos de estarem apenas “cumprindo ordens”, e perpetuando a Banalidade do Mal, como apontou Hannah Arendt (1999) e discutido anteriormente nessa pesquisa; assim como a legitimação dos atos maus por pares ou superiores, ou em virtude da não fiscalização ou penalização do Órgão Municipal, Estadual ou Federal responsável quando algo errado é cometido. Referir-se à ação dos Policiais Militares no Brasil como algo individual e por apenas escolha do agente, é retirar do fenômeno toda a sua complexidade, multifatorialidade e contexto histórico, assim como corroborar para a psicologização do sujeito.

A partir da pesquisa realizada, é plausível apontar que os dados obtidos são tão intrincados quanto a prática dos agentes de segurança pública. Não por coincidência ou incoerência, mas exatamente porque a democracia brasileira, assim como a estruturação de seus órgãos de segurança pública foram construídos sob e (continuam a refletir) a história do Brasil: de extrema violência, desigualdade, escravização e morte de pessoas pretas e indígenas.

Quando os colaboradores foram indagados sobre o que a Polícia Militar significa para eles, 23 apontaram ser apenas um meio de sustento, e 4 afirmaram ser um local estressante e injusto. Todavia, 64 agentes destacaram a Instituição como um lugar de respeito e honra, por se tratar de um Órgão que visa a proteção dos civis. Inclusive, 9 indivíduos disseram que a Polícia Militar significa tudo para eles. Quando questionados sobre o que ser Policial Militar significava para eles, 10 sujeitos apontaram não ter significado, mas ser apenas um serviço; 4 destacaram o medo e risco de ser um agente de segurança pública; e 1 afirmou que significado ser respeitado. Entretanto, 76 mencionaram o orgulho de poder ajudar as pessoas, mesmo em meio a tantas dificuldades e risco que correm. Tal fato se faz interessante, uma vez que, dos 91 indivíduos, 86 afirmaram não se sentirem valorizados da forma que deveriam pela população, e o número cresce para 87 ao revelarem não se sentir valorizados pelo Estado.

Em outro momento, os participantes foram indagados se acreditavam que a população possuía uma representação social ruim dos policiais militares. Dos 91, 72 indivíduos disseram que sim. Desses, 66 afirmaram que a representação negativa advém de influências políticas e sociais que a população sofreu e sofre; 2 alegaram que há uma inversão de valores na

sociedade, que coloca o trabalhador honesto (policial e outras profissões valorizadas), como algo ruim; 3 destacaram que a população não se agrada daqueles que aplicam a lei. Nesse último grupo de respostas, um dos indivíduos realizou um comentário, no qual escreveu que “O brasileiro gosta de liberdade, não gosta de quem tem o dever de corrigir e punir erros” (SUJEITO 14). Tomando essa fala como exemplo, pode-se perceber essa ideia grupal de que os Policiais Militares são os encarregados por levar a verdade e justiça, e que as representações ruins que eles acreditam que a sociedade possui deles se formou através da ação de terceiros, caracterizando um deslocamento da responsabilização por suas ações, na qual o culpado é o outro (o delinquente, a população, o Estado, a mídia, entre outros). Dos 72 indivíduos, apenas 1 apontou que a representação ruim dos policiais na sociedade advém da má conduta em serviço de alguns agentes. Ela afirmou que: “Por ações inadequadas de alguns policiais, ocorrências desastrosas, despreparo e falta de postura e educação podem gerar na população uma visão bem negativa” (SUJEITO 64).

Helena Singer (1998) nos demonstra a intrínseca relação entre economia, direitos humanos e punição. Segundo a autora, a partir da privatização dos bens públicos em larga escala, assim como da crescente segregação social e desigualdades, os direitos humanos passaram a se tornar privilégios. Aparece em cena a moralização e a meritocracia, como forma de justificar as ações desumanas exercidas pelo Estado. Singer (1998) destaca o fetiche pela penalização, uma “Volúpia Punitiva”, de que é necessário sempre punir mais e castigar mais, para que isso sirva de exemplo aos demais indivíduos. O que podemos observar é um sistema que possui como padrão universal de “cidadão do bem” o homem branco e elitizado, ou seja, uma visão eurocêntrica, que por sua vez, criminaliza as práticas consideradas socialmente inaceitáveis, as que são o contrário do padrão universal, ou seja, o indivíduo pobre e preto.

Uma das perguntas realizadas aos participantes foi se uma das falas do personagem Capitão Nascimento, protagonista do filme *Tropa de Elite*, citada no referencial teórico dessa pesquisa, condizia com a realidade que estes obtinham no dia a dia de serviço. Dos 91 sujeitos colaboradores, 73 afirmaram que a frase corresponde à realidade que eles vivem e sentem. Temos aqui um dado muito alarmante, que aponta para o quanto a segurança pública se encontra fragilizada, uma vez que mais de 80% dos participantes afirmaram não saberem o porquê realizam as atividades que lhe são destinadas, o que também contradiz, em certa medida, o orgulho que apontaram sentir da profissão e as representações positivas sobre si mesmos. Dessa forma, podemos pensar na falta de conscientização dos agentes em relação as suas ações. E se a conscientização não existe, a responsabilização também fica precarizada, pois a distinção do que é certo e errado, quais os limites e funções como policial militar ficam comprometidos, permitindo que o preconceito, racismo estrutural e despreparo tomem forma e ação. 78% (71 sujeitos) participantes declararam que os treinamentos

oferecidos pelo Estado não são suficientes para vivências reais que enfrentam no dia a dia, o que gera mais estresse, cansaço e risco de morte, tanto para o policial, como para os civis.

Objetivo específico II. Compreender se tais representações e procedimentos afetam os policiais negativamente, em relação a saúde física e mental.

Em um primeiro momento, o que podemos indicar, segundo análise do objetivo I, é que os policiais militares participantes possuem uma representação fortemente positiva sobre si mesmos enquanto agentes de segurança pública, demonstrando orgulho de pertencimento ao grupo e pelas funções que lhe são destinadas, como poder ajudar o próximo e salvar vidas; ao mesmo tempo em que afirmam existir uma representação negativa da sociedade sobre eles. Entretanto, a representação negativa parece dar ao grupo uma sensação mais concreta de estarem realizando as ações e profissão da forma correta, pois possuem a convicção de que estão do lado da lei e justiça, e, portanto, o erro está no outro. Paradoxalmente, 71 colaboradores afirmaram que as representações ruins sobre os policiais os impactam em suas atividades profissionais no dia a dia, pois não se sentem valorizados e reconhecidos por aquilo que fazem, nem pelo Estado, nem pela sociedade. Apesar disso, seria interessante, que pesquisas futuras pudessem explorar como os policiais militares acreditam que as más representações sobre eles na sociedade os afetam mais cotidianamente e diretamente, como por exemplo: na falta de motivação para a realização do serviço, medo de serem hostilizados ou feridos, entre outras razões.

Consoante a argumentação teórica feita anteriormente, é notório o quanto ser um agente de segurança pública é um fator altamente estressante e de risco, uma vez que o trabalho possui uma carga horária exaustiva e irregular, assim como muitas vezes operações externas que colocam a segurança dos policiais e da população em perigo. Lorenz (2018) constatou que por portarem um instrumento feito para matar e por estarem em constante contato com pessoas dispostas a matá-los, os agentes de segurança pública permanecem em um estado de vigia e desconfiança constante, o que afeta sua convivência com amigos e família. Dos 91 sujeitos participantes, 74 afirmaram não ser possível separar vida profissional e pessoal. Todavia, destes, 51 apontaram fazer o máximo para conseguirem tal feito, mesmo que seja muito difícil. Alguns participantes descreveram que a dificuldade advém muitas vezes do medo de serem reconhecidos por criminosos como policiais militares, ou por acabarem despejando seu estresse e problemas profissionais em suas famílias. Em concordância a essas declarações, 65 dos colaboradores acreditam que ser um policial militar afeta negativamente a convivência com a familiares e amigos.

Ademais, quando os participantes foram questionados se gostam da sua profissão e/ou escolheriam outra se pudesse, 44 afirmaram gostar da profissão, mas que escolheriam outra se tivessem a possibilidade; 42 sujeitos declararam gostar da profissão e que não escolheriam

outra se pudesse; 4 disseram não gostar da profissão e que escolheriam outra se pudessem; e 1 sujeito manifestou não gostar da profissão, mas que não escolheria outra se pudesse. Mais uma vez, as respostas demonstram essa relação complexa dos sujeitos participantes com a respectiva profissão. A maior parte dos colaboradores (94,6%) expressou um sentimento positivo em relação à sua profissão, mas também a maior parte destes (48,4%), ainda que em pequena diferença do restante (46,2%), afirmou que escolheria outra profissão se pudesse. Os fatores que os levaram a essa conclusão podem ser múltiplos e complexos, assim como é a ação da Polícia Militar. Alguns dos relatos dos colaboradores apontam para a insatisfação salarial, falta de reconhecimento, estresse, perseguição de superiores, assédio e injustiças dentro da Instituição. Segundo uma das colaboradoras:

Algumas limitações internas trazem frustrações para o efetivo inteiro. A necessidade de estudar ou evoluir não tem valor. O apoio psicológico interno em medida de emergência não atua quando realmente temos uma urgência, ao fazer contrato com o suporte psicológico 24h do CAPS me orientaram a solicitar por 190 para suporte com alguém que estava em surto com ameaças de tentar contra a própria vida. Um setor que existe, mas não funciona quando realmente precisamos de apoio. Não somos vistos como seres humanos por quem se formou e está num setor de suporte a vida dos policiais militares (SUJEITO 81).

Destarte, conforme discussão dos dados apresentados, mesmo que os policiais militares participantes possuam uma representação positiva sobre si mesmos e sobre sua profissão, a representação negativa que eles acreditam existir na sociedade sobre eles, os afeta profissionalmente de maneira negativa em algum nível. Além disso, apesar da maioria dos sujeitos afirmarem gostar da profissão que possuem, mais da metade deles (48) expuseram que se tivessem a possibilidade, escolheriam outra atividade profissional, sinalizando, desse modo, os sentimentos de insatisfações, injustiças e estresse por detrás da representação positiva que os agentes possuem sobre si.

Objetivo específico III. Investigar se os crescentes índices de suicídio entre policiais podem estar relacionados à atividade profissional.

O suicídio é um fenômeno multifário e intrincado, que pode se apresentar por diversas razões, de diferentes formas, em contextos, idades e pessoas distintas. Todavia, como discutido anteriormente, a atividade profissional pode estar relacionada, diretamente ou indiretamente com a tentativa de suicídio. Como apresentou o Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (Centro de Valorização da Vida, 2016), assim como apontado na argumentação teórica, agentes de segurança pública possuem fatores de estresse maiores do que a média das demais profissões, o que leva ao desenvolvimento de problemas emocionais e elevado índice de

suicídio. O ambiente organizacional policial é marcado por abuso de autoridades, humilhação de superiores, agressões verbais, escala de trabalho exaustiva, além do risco constante de ser ferido ou morto em operações, baixos salários, entre outros, como apontaram os sujeitos participantes dessa pesquisa, assim como discutido anteriormente no referencial teórico. A coordenadora da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ ainda afirma que:

Vemos uma interface de tensão entre o mundo do trabalho, com o policial sujeito a relações abusivas, e o mundo fora do trabalho, quando o policial doente reproduz relações violentas. Tudo isso num contexto em que o policial tem acesso a uma arma, o que facilita qualquer ato violento. Outros profissionais também têm problemas no trabalho. Mas não têm uma arma na cintura (CVV, 2016).

Em uma das perguntas realizadas aos colaboradores desta pesquisa, foi pontuado o quanto é notório o alto nível de estresse e risco que os policiais enfrentam diariamente, e se eles acreditavam que o Estado os auxiliava de alguma maneira no tocante a saúde mental. Dos 91 sujeitos, 75 afirmaram que o Estado não os auxilia. Quando indagados se existe um tabu dentro da Polícia Militar/Segurança Pública a respeito da saúde mental, 81 participantes declararam que sim, existe um tabu.

Em seguida, os indivíduos foram questionados se acreditavam ter enfrentado algum momento ruim/difícil em relação a saúde mental. 75 sujeitos disseram que sim. Destes, 28 não se sentiram à vontade para conversar com alguém; 19 compartilharam a situação com amigos, familiares e profissionais da saúde; 17 se sentiram à vontade para conversarem com seus amigos e familiares; e 11 dividiram a situação com um profissional da saúde.

Já dos 16 indivíduos que declararam não ter enfrentado um período difícil/ruim em relação a saúde mental, 11 afirmaram que se em algum momento enfrentassem esse período, se sentiriam confortáveis para compartilhar com alguém, enquanto 5 disseram que não compartilhariam. Aqueles que alegaram que não se sentiram confortáveis para dividir seus problemas de saúde mental com alguém, ou os que não se sentiriam confortáveis para compartilhar caso passassem pela situação em algum momento, foram questionados se essa decisão pode estar relacionada a ser um agente de segurança pública. Dos 33 sujeitos, 30 responderam de forma afirmativa.

Em outro momento, os participantes foram questionados se conheciam algum(a) policial que tenha tentado ou concretizado a tentativa de suicídio. Obteve-se as seguintes respostas:

- 37 conhecem mais de um(a) policial que tenha cometido suicídio, o que acarreta o mínimo de 74 mortes;
- 21 conhecem pelo menos um(a) policial que tenha tentado e o ato se concretizou, apontando para o mínimo de 21 mortes;

- 18 conhecem pelo menos um(a) policial que tenha tentado e o ato não se concretizou
- 15 não conhecem algum(a) policial que tenha tentado cometer suicídio.

Assim, segundo as repostas dos sujeitos participantes, podemos afirmar que, no mínimo, 95 mortes por suicídio ocorreram entre os policiais militares no Estado de São Paulo. Todavia, essa pesquisa não pôde levar em consideração a possibilidade dos sujeitos que cometeram suicídio serem comuns a mais de um participante dessa pesquisa, (pela limitação do contato com estes e pela confidencialidade dos sujeitos) e tal fato poderia diminuir consideravelmente a média de mortes por suicídio entre agentes de segurança pública.

Mesmo que uma pesquisa mais detalhada fosse realizada, e fosse constatado que os sujeitos que cometeram suicídio sejam comuns a mais de um participante dessa pesquisa, a questão do suicídio entre policiais militares ainda seria alarmante. Dentre os colaboradores, pelo menos 63,4% já tiveram contato com pelo menos um policial militar que cometeu suicídio. Já entre aqueles sujeitos que conhecem algum(a) policial que tenha cometido suicídio ou que tenha tentado cometer (76 indivíduos, 83,6%), 70 (92,1%) afirmaram que o suicídio pode estar relacionado com o fato de serem agentes de segurança pública; 4 (5,3%) declararam que não acreditam que tenha relação com o fato de serem agentes de segurança pública; e 2 (2,6%) afirmaram que o acreditam ter sido uma soma de fatores que levou ao suicídio. Dentre as repostas com comentários, podemos destacar a de dois participantes:

Acredito no abandono dos profissionais, que a todo momento só lida com desgraças, tendo que resolver o problema da sociedade e ele mesmo é tratado como um lixo descartável, vamos usar o exemplo: um policial entra na flor da idade e com passar do anos se envolve emocionalmente em várias ocorrências de troca de tiro, atendimento de homicídios, acidentes que tem que recolher pedaços de corpos de crianças de dois anos carbonizada e a ajuda psicológica fica onde? não somos de ferro, nos transformam em pessoas frias sem sentimento. O pior este homem acaba se escondendo atrás de um copo de bebida alcoólica e vem os semideuses e o chamam de cachaceiro e expulsam eles. É certo? ele se dedica e da sua vida para receber este tratamento?
(SUJEITO 57).

Talvez o fato de possuir uma arma seja um facilitador, uma vez que o ato é imediato. Porque sempre nos perguntamos o motivo do suicídio e não acreditamos naquela realidade. Talvez uma conversa amenizasse o sofrimento e a angústia do momento. Será que sem a arma, a intenção do suicídio continuaria? Uma faca? Um veneno? Se jogar da ponte? Temos esse estudo? Acho que a vilã é a arma (SUJEITO 64).

Não dar a atenção necessária à saúde mental dos Policiais Militares é extremamente grave, uma vez que quando temas sobre problemas emocionais e psíquicos são tratados como fraqueza ou sem importância, o silêncio e violência contra si próprio e/ou contra a

população podem ser uma forma de expressar aquilo que não pôde ser discutido dentro da instituição. Como os próprios sujeitos participantes apontaram, há um tabu sobre o tema de suicídio dentro da Polícia Militar, assim como a decisão de não compartilhar os problemas emocionais/psíquicos pode estar relacionado a ser um agente de segurança pública e as representações que existem em torno dessa profissão.

Por fim, os participantes foram indagados se serviços relacionados à saúde mental fossem disponibilizados com mais frequência para policiais (como atendimentos individuais periódicos, palestras, rodas de bate-papo etc.), eles acreditavam que os altos índices de suicídio entre tais profissionais poderiam diminuir. Dos 91 colaboradores, 77 declararam que sim, poderia ajudar. Todavia, o número cai para 68 quando questionados se estariam dispostos a participarem desses programas caso fossem disponibilizados, demonstrando que mesmo que estes profissionais reconheçam que necessitem de assistência e trabalhos em relação a saúde mental, o fato de o tema ainda ser um tabu na sociedade e na Polícia Militar, contribui para que sujeitos não busquem ajuda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se a estudar os processos, representações e imaginários que envolvem a constituição de um(a) policial militar e como estes afetam tais sujeitos, assim como a Instituição responsável por estes agentes. Ao decorrer desse projeto, obteve-se respostas complexas, intrigantes e que não possuem fim em si mesmas, mas que se estendem a toda uma classe de trabalhadores (agentes de segurança pública), assim como a toda população do Estado de São Paulo e do Brasil, pois uma vez que, aqueles que são responsáveis por aplicar/executar as leis, se encontram em estado emergencial no que tange a saúde mental, e tais fatores se devem à ação profissional, temos uma questão a nível estadual e nacional.

Conforme apresentado no referencial teórico, assim como na discussão dos resultados, as ações dos policiais militares não devem ser isentas de uma escolha individual, mas devem ser analisadas maiormente e sobretudo, de um ponto grupal, à medida que a atuação destes estão intrinsecamente relacionadas e vinculadas a uma organização pública, que valida ou exime de imputar aqueles que agem de maneira incorreta. Desse modo, podemos declarar que os três objetivos específicos foram alcançados, e que os objetivos II e III foram confirmados. Por mais que sujeitos dessa pesquisa possuíssem uma forte autoestima no que diz respeito a ser um policial militar, eles se demostram afetados negativamente ao não se sentirem valorizados pelo Estado e sociedade, e por acreditarem que a população possui representações negativas sobre os policiais.

Ademais, de acordo com os colaboradores, o suicídio entre os agentes de segurança pública pode estar diretamente ligado à profissão que exercem, denunciando um abandono institucional por parte da Polícia Militar. Assim, se faz urgentemente necessário que os

agentes de segurança pública recebam apoio à saúde mental e física, e que tais procedimentos tenham um enfoque preventivo, abordando não só aqueles que estão passando por problemas emocionais, mas também os demais agentes, uma vez que diariamente estes estão em contato com ocorrências que muitas vezes acarretam violências, abusos e perigos extremos. Dessa forma, os agentes poderão ter um serviço com maior responsabilidade e conhecimento dos processos ali realizados, assim como maior tempo de qualidade tanto em serviço, quando em folga com amigos e familiares.

Por fim, é necessária uma maior conscientização dos agentes de segurança pública de como os procedimentos e operações na cidade devem ser realizadas e um respectivo prejuízo efetivo para aqueles que não seguirem as normas, para que a democracia continue a ser exercida, assim como questões como o preconceito, racismo estrutural, homofobia, xenofobia, entre outros, não venham se manifestar e gerar violência e maiores índices de morte policial e na população, principalmente a pobre, preta e jovem.

6 REFERÊNCIAS

ADAMS, G. A., & BUCK, J. Social stressors and strain among police officers: It's not just the bad guys. *Criminal Justice and Behavior*, 2010. vol. 37 ed.9, pag. 1030-1040.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, pág. 109-125, abril de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de março de 2021.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BATTIBUGLI, Thaís. *Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Humanitas, 2010.

BRETAS, Luiz; ROSEMBERG, André. A História da Polícia no Brasil: Balanço e Perspectivas. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, vol.14, n° 26, pág.162-173, junho 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2013000100162&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de março de 2021.

CASTRO, Maria Cristina; ROCHA, Ricelli; CRUZ, Roberto. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 525-541, ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164500862019000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 5 abril 2021.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. Trabalho tem grande influência na decisão de tirar a própria vida. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/blog/trabalho-tem-grandeinfluencia-na-decisao-de-tirar-a-propria-vida/>. Acesso em 8 de abril de 2021.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. Por que os policiais se matam?. Belém, 2016. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/blog/por-que-os-policiais-se-matam/>. Acesso em 2 maio de 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, Tatiana; MIRANDA, Dayse. O suicídio policial: o que sabemos? **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Vol.9, nº 1. Pág. 1-18, janeiro 2016. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/viewFile/7680/6191>>. Acesso em 15 de abril 2021.

GONÇALVES, S. P., & NEVES, J. (2010). Bem-estar subjetivo nos profissionais de polícia e militares: comparação entre grupos profissionais e diferentes Países Europeus. *Revista de Psicologia Militar*, vol. 19, nº2), pag. 119-143.

INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO. **Boletim IPPES 2020: Um panorama do suicídio policial no Brasil**. Rio de Janeiro, 2020.

LORENZ, Mariana. Definindo a profissão policial. **Trabalho soc.**, Santiago del Estero, n. 30, pág. 347-369, junho de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151468712018000100018&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 16 de abril 2021.

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 7, n. spe, p. 51-73, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552003000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de abril de 2021.

SANTOS FILHO, J. P. (2003). *A violência do policial militar no exercício da função*. (Série Violência em Manchete, pág. 183-185). Disponível em: <<http://www.policiaeseguranca.hpg.ig.com.br>>. Acesso em 16 de abril de 2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS. Panorama Nacional: vitimização e letalidade policial, 2020.

SINGER, H. (1998). DIREITOS HUMANOS E VOLÚPIA PUNITIVA. *Revista USP*, (37), 10-19. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i37p10-19>. Acesso em 10 de junho de 2022.

TIESMAN, Hope M. et al. Suicide in U.S Workplaces, 2003 -2010: A comparison With NonWorkplace Suicide. **American Journal of Preventive Medicine**. United States, volume 48, issue 6, P674-682. June 01, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2014.12.011>. Acesso em 8 de abril de 2021.

TROPA de Elite 2: O inimigo agora é outro. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha e Marcos Prado. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2010. 2 DVDs (115 min).

ZUCAL, José Garriga; MAGLIA, Elea. O que é um policial? Um estudo sobre as representações do trabalho policial. **Trabalho soc.**, Santiago del Estero, n. 31, pág. 15-31, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151468712018000200015&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril 2021.

Contatos: saratema1000@gmail.com e marceloneumann@mackenzie.br